



Linha de Frente

Informativo do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão • Ano II nº 04 • Outubro 2009

Sindjus convoca servidores para avaliar negociações com o TJMA



Depois de deliberar pela suspensão da greve por 30 dias, os servidores do Poder Judiciário do Maranhão aguardaram em alerta o andamento das negociações com o Tribunal de Justiça. Chegou o momento de avaliar os resultados. Para isso, o Sindjus está convocando uma assembléia geral que será realizada no próximo dia 10 de outubro, sábado, a partir das 9 horas, no auditório do Hotel Dunas do Araçagy. **p 3**

CNJ determina realização das perícias no TJMA

O Conselho Nacional de Justiça deu novamente um parecer favorável aos servidores do TJMA. Ao julgar na sessão do dia 15 de setembro o pedido do Sindjus sobre a insalubridade, o Conselho determinou que o TJMA deve providenciar a perícia médica nos servidores que realizam atividades insalubres e criar um grupo de trabalho para acompanhamento da saúde ocupacional no Tribunal. **p 2**



“Apesar de se dizer preocupado com a saúde dos servidores, o TJMA não consegue sequer utilizar os serviços de saúde do próprio Estado para avaliar e caracterizar as condições de saúde de seus servidores. Não posso acreditar que esta morosidade em resolver o problema tenha raízes apenas no fato de que tais servidores fazem jus a um adicional remuneratório”

Marcelo Nobre, conselheiro relator.

CNJ determina realização de perícias médicas no TJMA



“**P**arece realmente muito grave a situação, onde um servidor deve continuar trabalhando em situações insalubres, submetido a graves riscos de aqui-

sição de doenças sem que as autoridades competentes encontrem uma solução para a questão. Certamente não pode esta Corte deixar de reparar, com urgência, este grave descontrole administrativo”, foi com essas palavras que o relator conselheiro Marcelo Nobre votou favoravelmente pela realização imediata das perícias médicas e criação de um grupo de trabalho para acompanhamento da saúde ocupacional no TJMA. O voto do relator foi acatado por unanimidade pelos conselheiros, diante a sessão plenária do CNJ

realizada no dia 15 de setembro.

Depois das exaustivas denúncias do Sindjus contra a situação insalubre dos servidores do TJMA, parece que esta situação está com os dias contados. Não existe mais nenhuma justificativa para que a Administração do Tribunal de Justiça ainda proteja o início das perícias médicas, não tem como recorrer ou pedir prazos para o Conselho Nacional de Justiça. “Foram concedidas ao Tribunal inúmeras oportunidades de solucionar o problema, porém sua última manifestação nos autos demonstra que realmente não promoveu todas as medidas que lhe cabiam para solucionar o importante impasse”, justificou o conselheiro Marcelo Nobre.

Sindicalistas unem força para defender jornada de 6h

Com a edição da Resolução 88 do CNJ, aprovada na sessão plenária do dia 8 de setembro, os servidores do Poder Judiciário terão que cumprir jornada de oito horas diárias de trabalho e 40 horas semanais. A decisão até permite que o servidor tenha uma jornada de sete horas, desde que seja sem interrupção.

A determinação deve ser seguida por todos os órgãos do Poder Judiciário e os tribunais têm um prazo de 90

dias para encaminhar a proposta de alteração da jornada de trabalho para a Assembléia Legislativa. A medida gerou insatisfação dos servidores em todo país. Lideranças sindicais e políticos iniciaram uma grande mobilização nacional para defender a luta histórica dos trabalhadores pela redução da jornada de trabalho.

O Sindjus está na linha de frente desse processo. No dia 16 de setembro, o Sindjus e mais de trinta lide-

ranças sindicais assinaram uma “carta aberta” solicitando uma audiência ou consulta pública no CNJ, em caráter de urgência, para discutir o assunto. Além disso, em reunião na sede da CSBP, em Brasília, as lideranças decidiram organizar um dia nacional de paralisação e, paralelamente, um ato público em Brasília, marcado para acontecer no dia 21 de outubro, em defesa da jornada de 6h.

Eros Grau é relator do mandado de segurança do Sindjus



No dia 24 de setembro, o Sindjus também ajuizou um mandado de segurança coletivo no STF (nº 28260) contra a Resolução 88 do CNJ, visando resguardar a prerrogativa do TJMA de manter inalterada a jornada de trabalho de seis horas dos seus funcionários efetivos. O relator é o ministro Eros Grau. “Um ato administrativo não pode se sobrepor a um dispositivo legal já existentes, que regulamenta a jornada de trabalho do funcionalismo e que não foi declarado inconstitucional”, justificou Anibal Lins, presidente do Sindjus.

Além disso, o Sindjus oficiou o presidente do TJMA, desembargador Raimundo Cutrim, para que ele aguarda a decisão do STF, antes de encaminhar qualquer projeto de alteração da jornada para Assembléia Legislativa do Maranhão.

Sindjus convoca servidores para avaliar negociações com o TJMA



Determinação e coragem foram palavras de ordem durante os 27 dias em que os servidores paralisaram suas atividades no TJMA. A greve teve como eixo fundamental a defesa de quatro reivindicações: pagamento dos adicionais de insalubridade; jornada de trabalho de 6 horas para os motoristas; realinhamento salarial dos técnicos, comissários e oficiais de justiça, com base nos vencimentos da Justiça Federal; e mudança de escolaridade dos auxiliares para o nível médio.

Depois de muita perseverança dos servidores, que receberam durante a greve apoio de diversas lideranças da sociedade civil, a classe decidiu suspender a greve por 30 dias para retomar negociações com o Tribunal de Justiça.

RETALIAÇÕES

O TJMA determinou o corte de ponto dos servidores, o movimento foi declarado ilegal e os salários foram descontados, mas nada disso foi suficiente para encerrar o movimento paredista. A greve cresceu e conquistou o apoio, entre outros, do ex-presidente da OAB Carlos Nina e do advogado e atual candidato a presidência da OAB Isaac Dias Filho, que apresentaram um manifesto com a assinatura de vários advogados que militam nos fóruns e juizados do Maranhão em apoio à causa dos servidores.

“Na medida em que as necessidades dos servidores são reconhecidas, a prestação jurisdicional será melhor e, conseqüentemente, o trabalho dos advogados

também. Sabemos da dificuldade que cada uma de vocês enfrenta todos os dias. Nós entendemos que a justiça se faz por uma base quase anônima, que são os servidores funcionários dos fóruns e comarcas” Isaac Dias Filho, advogado.

O deputado federal Flávio Dino também prestou solidariedade ao movimento e se reuniu com o comando de greve na sede do Sindjus para compartilhar suas experiências e dar orientações para a direção do movimento.

A confiança da categoria no Sindjus também foi fundamental. A assessoria jurídica entrou com uma representação na CGJ do Maranhão e no CNJ contra a juíza Ticiany Gedeon Maciel Palácio, que suspendeu o pagamento integral dos servidores da comarca de Monção. Depois de alguns dias os salários foram devolvidos.

O Sindjus também negociou com a comissão de desembargadores a reposição do trabalho. Com o acordo os servidores atualizaram todas as atividades que ficaram comprometidas por conta da paralisação até o dia 21 de setembro. Em contrapartida, o TJMA devolveu no dia 19 de setembro os valores descontados.

CONQUISTAS E NEGOCIAÇÃO

A greve colocou um ponto final no problema da jornada de trabalho dos motoristas, que trabalhavam 8h diárias. O presidente do TJMA, Raimundo Cutrim, assinou uma portaria autorizando o pagamento das horas extras devidas e reconhecendo o respeito à jornada de 6h destes servidores.

A questão da insalubridade também teve avanços. A Administração do Tribunal de Justiça se comprometeu a criar uma comissão junto com os servidores para acompanhar as providências nesse setor.

Contudo, quanto à questão do realinhamento salarial, a comissão do Sindjus se reuniu

com os desembargadores Jamil Gedeon Neto, Cleones Cunha e Lourival Serejo e apresentou argumentos para reivindicar o realinhamento dos vencimentos dos oficiais de justiça, comissários de menores e técnicos judiciários, como também para a mudança de escolaridade dos auxiliares judiciários.

A comissão dos desembargadores encaminhará seu parecer sobre as reivindicações para decisão do Chefe do Judiciário Estadual e análise da assembléia geral dos servidores.

ASSEMBLÉIA GERAL

Para avaliar o resultado das negociações com o TJMA, o Sindjus convoca toda a categoria para participar da Assembléia Geral no próximo dia 10 de outubro. A Assembléia contará com a participação do economista e sociólogo do Dieese, Melquisedeque Moreira. Conforme ficou decidido na última assembléia do dia 31 de agosto, os servidores permaneceriam vigilantes e, se for necessário, retomariam - ou não - o movimento paredista. A hora da decisão chegou.

A Assembléia Geral será realizada no auditório do Hotel Dunas do Araçagy, localizado na Rua Oleama, s/n, Qd 34, lote 3 (próximo ao restaurante Mirante) a partir das 9 horas. A Assembléia também está sendo convocada para avaliar a participação dos servidores na mobilização nacional convocada pela FENAJUD - Federação Nacional dos Servidores do Judiciário dos Estados, em defesa da jornada diária de trabalho de seis horas.



O Sindicato dos Policiais Civis do Maranhão (SINPOL) tem 17 anos de fundação e 1.260 policiais sindicalizados. Ao longo desses anos, o sindicato esteve a frente de nove movimentos paredistas. Em entrevista ao jornal do Sindjus, Amon Jessen, atual presidente do Sinpol, compartilha um pouco da história de luta dos policiais e deixa uma mensagem de apoio aos servidores do TJMA.

Sindjus: Por quais reivindicações os policiais civis lutaram na última greve? Qual o saldo positivo e negativo desse último movimento paredista?

Amon: A principal reivindicação dos trabalhadores policiais civis foi a inclusão no plano de valorização do funcionalismo público estadual, pois em julho passado, quando do anúncio do pacote de medidas pelo Governo do Estado, os trabalhadores policiais civis foram totalmente excluídos.

Acredito que a grande lição dos últimos 16 dias de greve foi mostrar para o governo e a sociedade que mesmo com pouquíssimos recursos financeiros e sem a participação de todos os trabalhadores conseguimos nos manter firme e com unidade na luta. A melhor lição foi poder ver e sentir que centenas de policias já de cabelos brancos, calvos cansados do tempo e da

vida, lutaram intensamente em busca da valorização, isso não tem preço. O ponto negativo é perceber que alguns colegas de trabalhos, que não podem ser chamados de companheiros, se recusam a lutar e preferem ficar ao lado dos nossos algozes, boicotando a greve, que é um direito constitucional e ficam encolhidos nas salas úmidas e escuras das delegacias.

Que acreditem nas suas lideranças e que possam juntos intensificar a luta dos trabalhadores do Judiciário. Independente dos resultados imediatos é a união e a coragem que, gradativamente, irá superar os infortúnios do momento. Nenhuma luta de classe é equivocada, o grande equívoco é oriundo daqueles acomodados que historicamente não lutam.



Amon Jessen, presidente do Sinpol

Sindjus: Quais são as maiores dificuldades enfrentadas pela categoria e pela direção do sindicato em uma greve?

Amon: A maior dificuldade é a questão financeira. Para financiar uma greve é preciso ter recurso suficiente e os nossos movimentos paredistas são patrocina-

dos somente pela contribuição voluntária dos sindicalizados. A dificuldade da categoria é de se conscientizar que só através da unidade na luta que podemos submergir das profundezas das desigualdades que são impostas a nossa categoria. A história não registrará aqueles que se omitiram da luta e cruzaram os braços, quando verdadeiramente precisávamos ser abraçados.

Sindjus: Na tua opinião, qual é o momento ideal para optar pela suspensão de uma greve? Isso poder ser considerado uma demonstração de fraqueza da categoria?

Amon: É difícil fazer uma avaliação de qual o momento ideal para suspender a greve, embora tenha consciência de que esse momento é o mais crítico e tenebroso, principalmente, porque aqueles que não participam da greve sempre estão com uma frase pronta para denegrir a luta daqueles que tiveram coragem de enfrentar os poderosos de plantão. A decisão tem que ser tomada

pelas lideranças e de forma responsável e consciente, decidir junto à base. Esquecer o sentimento de fraqueza ou omissão, quem faz o dia-a-dia da greve é quem sabe o que passa e, portanto, tem o dever e a responsabilidade de decidir. Cada greve tem a sua história e os seus caminhos a serem traçados.

Comissão apresenta propostas para orçamento do TJMA

Durante a 2ª reunião com a comissão de orçamento do TJMA, os representantes do Sindjus entregaram nas mãos do diretor financeiro Luiz Carlos Calvet a cópia do ofício contendo as propostas dos servidores para o orçamento do Judiciário Estadual. A proposta inclui, entre outros benefícios, correção do valor do auxílio alimentação dos atuais R\$ 8,00 para R\$ 25,00 por dia útil trabalhado, valor praticado atualmente pelo Tribunal de Contas do Es-

tado do Maranhão; extensão do auxílio saúde aos dependentes dos servidores, que comprovem despesas contratuais com plano de saúde privado, em valor não inferior a R\$ 200,00 mensais. Essa participação foi assegurada por determinação do CNJ.

As propostas do Sindjus serão submetidas à análise também da comissão de desembargadores designada pelo presidente Raimundo Cutrim para tratar das pendências da greve de agosto.

EXPEDIENTE

Linha de Frente é uma publicação do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão.



Sede administrativa: Rua das Cajazeiras, nº 43, Centro. São Luís (MA)
Telefone: (98) 3232 6454 - **Site:** www.sindjus.org.br
Jornalista Responsável: Poliana Sales Alves (SRTE MA 837)
Fotos: Poliana Sales e U. Dettmar (Agência CNJ)
 Sugestões e críticas: imprensa@sindjus.org.br

Tiragem: 2.500 mil exemplares
Impressão: Estação Gráfica
Diagramação: Richardson Rosa